

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SÓCIO ECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO NA ATIVIDADE DE
PRODUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DE LEITE**

ADELI LUIZ HENTGES

Florianópolis – Santa Catarina

2002

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO NA ATIVIDADE DE
PRODUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DE LEITE**

Trabalho de conclusão de curso submetido ao Departamento de Ciências Contábeis, do Centro Sócio Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Acadêmico: Adeli Luiz Hentges

Orientador: Prof. Erves Ducati, M.Sc.

•

Florianópolis – Santa Catarina

2002

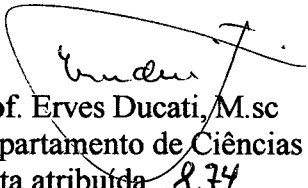
TERMO DE APROVAÇÃO

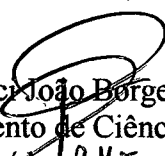
ADELI LUIZ HENTGES

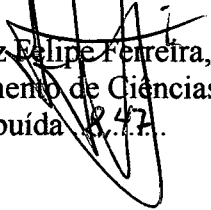
PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO NA ATIVIDADE DE PRODUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DE LEITE

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota de 8,50, atribuída pela banca constituída pelo orientador e membros abaixo mencionados.

Compuseram a banca:


Prof. Erves Ducati, M.sc
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC
Nota atribuída 8,74


Prof. Loreci João Borges, Dr.
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC
Nota atribuída 8,15


Prof. Luiz Felipe Ferreira, M.sc
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC
Nota atribuída 8,47

•Florianópolis, dezembro de 2002.


Prof. Luiz Felipe Ferreira, M.sc.
Coordenador de Monografias do Departamento de Ciências Contábeis

RESUMO

No mundo globalizado, planejar corretamente a atividade pode representar a diferença entre permanecer no mercado ou ser excluído dele. Uma parte importante desse planejamento está relacionada à questão tributária. As empresas estão sujeitas a este ônus, mas este, se corretamente planejado pode ser um importante fator para a continuidade da empresa no segmento em que atua.

A atividade leiteira vem enfrentando ao longo da última década, grande concorrência com os produtos importados da Argentina e Uruguai. Essa competitividade está dificultando a sobrevivência das empresas brasileiras, excessivamente penalizadas pelo grande número de tributos que incidem sobre a produção no país.

Neste sentido, este trabalho de conclusão de curso, apresenta uma pesquisa bibliográfica quanto à questão tributária, sobre qual a melhor forma de implementar um negócio na área de produção e industrialização do leite, no que tange à questão dos tributos federais e da previdência social.

A produção e industrialização do leite pode ser viabilizada de duas formas. Uma é através de uma agroindústria que produz e industrializa o leite. A outra é produzir o leite como pessoa física e vendê-lo a uma indústria que irá industrializá-lo.

Assim, far-se-á uma análise sobre o montante de tributos federais e previdenciários incidentes em cada estrutura para verificar qual a melhor forma de implementar um negócio nesse ramo da economia.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
1.1	APRESENTAÇÃO DO TEMA.....	7
1.2	PROBLEMA	8
1.3	OBJETIVO GERAL	8
1.4	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	9
1.5	METODOLOGIA DE PESQUISA	9
1.6	JUSTIFICATIVA.....	11
1.7	LIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	12
2	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	13
2.1	PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO	13
2.2	ELISÃO FISCAL VERSUS EVASÃO FISCAL	14
2.3	LUCRO REAL VERSUS LUCRO PRESUMIDO.....	16
3	TRIBUTAÇÃO DAS PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS.....	18
3.1	TRIBUTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	18
3.1.1	Pessoas Físicas	18
3.1.2	Pessoas Jurídicas	20
3.2	TRIBUTAÇÃO FEDERAL.....	22
3.2.1	Pessoas Físicas	22
3.2.2	Pessoas Jurídicas	24
4	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	27
4.1	ESTRUTURA DE PRODUÇÃO DE LEITE	27
4.1.1	Dados Sobre a Produção de Leite.....	31
4.2	ESTRUTURA DE INDUSTRIALIZAÇÃO DO LEITE	31

4.2.1	Dados sobre a Industrialização do Leite.....	32
5	SIMULAÇÃO DAS DIFERENTES ESTRUTURAS.....	34
5.1	ESTRUTURA DE PORTE MÉDIO.....	34
5.1.1	Tributação da Pessoa Física	35
5.1.2	Tributação da Indústria.....	36
5.1.3	Tributação da Agroindústria.....	37
5.1.4	Comparação dos Valores dos Tributos a Pagar.....	39
5.2	ESTRUTURA DE GRANDE PORTE.....	40
5.2.1	Tributação da Pessoa Física	40
5.2.2	Tributação da Indústria.....	41
5.2.3	Tributação da Agroindústria.....	43
5.2.4	Comparação dos Valores dos Tributos a Pagar.....	45
5.3	JUSTIFICATIVAS PARA O RESULTADO ENCONTRADO	46
5.4	TRIBUTAÇÃO FEDERAL.....	47
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51

1 INTRODUÇÃO

O homem é um ser que vive em sociedade. Nesta sociedade, existem uma série de exigências básicas a serem atendidas. Mas estas necessidades básicas da população, em sua grande maioria, não despertam interesse na iniciativa privada, ou seja, ela não se interessa em satisfazer tais necessidades. Com isso, a atribuição de suprir e atender a estas exigências da população recai sobre a esfera pública, cuja função essencial é a de proporcionar a seus governados à disposição e o atendimento destas necessidades básicas, comuns a população em geral.

O cumprimento de tais obrigações por parte do Estado requer recursos financeiros, cuja obtenção se processa através da arrecadação de tributos. Como arrecadação de tributos entenda-se a transferência de parte das riquezas geradas por particulares e empresas aos cofres do governo. Até esse ponto não há nada de estranho, pois quem presta um serviço a outrem, têm o direito de exigir uma compensação, pecuniária ou não, em troca dos mesmos. O problema reside nas percentagens altíssimas que são exigidas pelo Estado. Num país, onde cerca de 34% das riquezas geradas são canalizadas para os cofres públicos, existe uma necessidade muito grande de se planejar adequadamente a questão tributária. Qualquer economia que se possa obter com os mesmos, poderá representar a permanência da empresa no mercado. Com a globalização da economia, tornou-se questão de sobrevivência empresarial a correta administração do ônus tributário.

O planejamento tributário é o conjunto de sistemas legais que visam diminuir o pagamento de tributos. O contribuinte tem o direito de estruturar e planejar o seu negócio da maneira que melhor lhe pareça, procurando a diminuição dos custos do seu empreendimento, e em especial, em relação a questão dos tributos. Atualmente no Brasil, as entidades têm sido penalizadas pelo excessivo número de impostos e taxas cobradas pelo governo. Cada vez mais, é preciso que empresas e pessoas programem suas decisões visando uma otimização na gestão dos impostos, ou seja, um bom planejamento tributário.

É de grande importância, que os contadores, não mais como guarda-livros de antigamente, mas como profissionais que fazem parte da equipe de gestores empresariais da organização, participem deste processo gerencial dentro das empresas. É preciso que ocupem o seu lugar dentro das organizações, como conhecedores de legislação e de procedimentos práticos, participando ativamente do processo decisório e fortalecendo com isso, a organização como um todo. É fundamental que a contabilidade seja vista como um instrumento gerencial, capaz de apresentar informações preditivas e úteis para os demais gestores da empresa.

Existem segmentos de atividade econômica que se distinguem dos demais pela sua competitividade. Dentre esses setores se encontra o do leite e seus derivados. Com o fortalecimento do sistema de globalização da economia, este setor passou a enfrentar forte concorrência, principalmente em relação aos produtos uruguaios e argentinos. Quando se trabalha com produtos cuja concorrência é baixa, todo tributo ao qual o produto esteja sujeito, normalmente é repassado ao preço final do produto e conseqüentemente ao consumidor. Mas no caso da atividade leiteira, torna-se especialmente importante a redução de todo e qualquer custo possível, para poder concorrer com as demais empresas do setor.

1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA

Neste sentido apresenta-se este trabalho que busca desenvolver um planejamento tributário para uma empresa na área leiteira.. O ramo de negócio resume-se a produção de leite e a sua industrialização. Far-se-á uma análise, baseada em valores fictícios, para posterior conclusão.

Assim, o proprietário tem duas opções para implementar o seu ramo de negócio que são:

- Produzir o leite como produtor rural pessoa física e constituir uma empresa, a qual irá comprar o leite do produtor e industrializá-lo.
- Constituir uma empresa agroindustrial que irá desenvolver as duas atividades, ou seja, a produção e a industrialização do leite.

Assim, o tema desse estudo está baseado na legislação do imposto de renda e demais tributos federais, bem como, na legislação da previdência social, para verificar qual é a melhor decisão a ser tomada, visando a adequação do planejamento tributário para a empresa.

Serão feitas simulações com escalas de faturamento, para verificar se a melhor solução encontrada em determinado nível de faturamento se mantém para os demais níveis, ou então, se dependendo do tamanho e porte da entidade, a decisão a ser tomada poderá se alterar.

1.2 PROBLEMA

A questão da redução de custos nas entidades tem sido amplamente discutida, principalmente nas duas últimas décadas. A globalização da economia obriga as entidades a produzirem produtos com melhoria contínua da qualidade, em ambientes e condições ecologicamente corretas, e também, com custos cada vez menores. Essa é uma questão bastante complicada, pois geralmente redução de custos está ligada a inferiorização da qualidade dos produtos oferecidos. Um bom planejamento tributário pode ser um dos caminhos para as entidades conseguirem atingir os seus objetivos.

Neste sentido, considerando a proposta apresentada inicialmente para esta pesquisa, busca-se uma resposta para a seguinte questão:

Para alguém que deseja produzir leite e industrializá-lo, analisando esta atividade sob o aspecto da questão tributária, o que é melhor: fazê-lo com uma agroindústria que desenvolve as duas atividades, produção e industrialização em uma única entidade jurídica, ou então produzir o leite como pessoa física e vendê-lo a uma indústria que irá industrializá-lo?

1.3 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral deste trabalho é verificar qual é a melhor forma de implementar um negócio no ramo de produção e industrialização do leite, no que tange a uma boa gestão dos impostos, considerando que quanto a forma jurídica de constituição da organização, tem-se duas possibilidades que podem ser adotadas:

- Produzir o leite como produtor rural pessoa física e constituir uma empresa, a qual irá comprar o leite do produtor e industrializá-lo.
- Constituir uma empresa agroindustrial que irá desenvolver as duas atividades, que são a produção e a industrialização do leite.

1.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Apresentar as diversas cargas tributárias à que estão sujeitas: Pessoas Físicas, Pessoas Jurídicas como indústria e comércio, e por fim, as Agroindústrias;
- Determinar a estrutura da organização sobre a qual será feito o estudo tributário;
- Simular diferentes estruturas, quanto ao seu porte, para verificar se a resposta encontrada é válida para qualquer tamanho de empresa ou se há diferenças entre elas em relação a serem de porte maior ou menor;
- Determinar o critério de apuração do imposto de renda e da contribuição social, ou seja, verificar se a empresa deve ser tributada com base no Lucro Real ou com base no Lucro Presumido.

1.5 METODOLOGIA DE PESQUISA

Todo trabalho de pesquisa, seja ele teórico ou prático, deve estar embasado em teorias, as quais servem como ponto de partida para o desenvolvimento do mesmo. Estas teorias são utilizadas para dar suporte ao trabalho como um todo. Podem ser utilizadas para que uma previsão inicial seja ratificada ou então para que ao final possa ser refutada.

Este trabalho de monografia, utiliza-se de métodos científicos na busca da plena elucidação e esclarecimento, e também, para poder ser confiável para aqueles que dele se utilizarem.

O conhecimento científico tem características que o diferem dos demais tipos de conhecimento como o de ser Real, Contingente, Verificável, Falível e Aproximadamente Exato.

Neste sentido, LAKATOS e MARCONI (1993:17/18) afirmam que:

O conhecimento científico é **real** [meu grifo] porque lida com ocorrências ou fatos, isto é, com toda forma de existência que se manifesta de algum modo..., Constitui um conhecimento **contingente** [meu grifo], pois suas proposições ou hipóteses têm sua veracidade ou falsidade conhecida através da experimentação e não apenas pela razão..., Possui a característica da **verificabilidade** [meu grifo], a tal ponto que as afirmações (hipóteses) que não podem ser comprovadas não pertencem ao âmbito da ciência. Constitui-se em conhecimento **falível** [meu grifo], em virtude de não ser definitivo, absoluto ou final e, por este motivo, é **aproximadamente exato** [meu grifo]: novas proposições e o desenvolvimento de técnicas podem reformular o acervo de teoria existente.

Assim, o conhecimento científico é real porque está relacionado com fatos e

acontecimentos que são perfeitamente conhecidos e identificáveis, ou seja, de algum modo este conhecimento existe de fato e não apenas na imaginação das pessoas. É contingente porque ele é provável, possível, suas afirmações podem ser testadas e conferidas através de experimentações e verificadas através de provas reais. O conhecimento científico também é falível. No mundo nada é eterno, assim como também nada é perfeito, ou seja, nem sempre tudo acontece como está previsto ou previamente estabelecido pela ciência. Ele é portanto, aproximadamente exato e não totalmente exato.

O progresso da ciência abre novos horizontes de pesquisas e análises, propõe novos questionamentos acerca de determinado assunto. A ciência esta em constante avanço e progresso. Não no sentido de que a cada dia surjam novos fatos para serem estudados, mas sim, os estudos que ontem mostravam que as coisas eram de um jeito, hoje não são mais os mesmos e amanhã, provavelmente já não serão iguais a hoje. Não existe nenhum assunto, em qualquer área que seja completo e não passivo de estudo, análise e um conseqüente melhoramento e melhor entendimento.

Neste sentido, as organizações precisam estar atentas para as constantes mudanças que ocorrem na legislação brasileira. Se as legislações forem corretamente avaliadas, analisadas e interpretadas, sempre existirão meios legais e lícitos para tornar a onerosidade da tributação brasileira, menos branda para as empresas.

Este trabalho monográfico, será desenvolvido com base nos regulamentos do Imposto de Renda e da Previdência Social, bem como, outros materiais didáticos que estiverem relacionados com o assunto analisado. Utilizar-se-á o Método da Pesquisa Bibliográfica para a produção e obtenção do conhecimento necessário ao seu desenvolvimento.

Conforme LAKATOS e MARCONI, (1993:39/40) existem vários conceitos que conceituam métodos dentre estes tem-se:

“Método é o caminho pelo qual se chega a determinado resultado, ainda que esse caminho não tenha sido fixado de antemão de modo refletido e deliberado” (Hegenberg, apud LAKATOS e MARCONI, 1993:39).

“Método é a forma de proceder ao longo de um caminho. Na ciência, os métodos constituem os instrumentos básicos que ordenam de início o pensamento em sistemas, traçam de modo ordenado a forma de proceder do cientista ao longo de um percurso para alcançar um objetivo” (Trujillo, apud LAKATOS e MARCONI, 1993:39).

“Método é a ordem que se deve impor aos diferentes processos necessários para atingir um fim dado (...) é o caminho a seguir para chegar a verdade nas ciências”(Jolivet, apud LAKATOS e MARCONI, 1993:39).

“Método é o conjunto coerente de procedimentos racionais ou prático-racionais que orienta o pensamento para serem alcançados conhecimentos validos”(Nérici, apud LAKATOS e MARCONI, 1993:40).

E ainda, de acordo com LAKATOS e MARCONI (1996:66) pesquisa bibliográfica é “toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema em estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas monográficas, teses, material cartográfico, e até os meios de comunicação orais, sejam eles rádios, filmes e televisão”. Assim, tudo o que é publicado oficialmente, não importando o meio de comunicação que o veiculou, é fonte válida para utilização em pesquisas bibliográficas.

1.6 JUSTIFICATIVA

O mercado do leite e seus derivados, assim como muitos outros produtos de outras áreas, motivados pela crescente onda de globalização da economia, precisam estar atentos para todo e qualquer detalhe em relação ao seu produto. Os preços com que os produtos chegam ao mercado consumidor, embora se saiba que não são os únicos impulsionadores da demanda, mas podem porém, ser considerados como um dos principais quesitos que são observados e valorizados pelos consumidores no momento em que irão escolher entre um produto e outro.

Neste sentido, num país onde a carga tributária onera bastante a viabilidade das organizações e da colocação de seus produtos no mercado consumidor, apresentar uma proposta de gestão de tributos visando uma correta tomada de decisão no momento de implementar um negócio, pode ser visto como um bom motivo para a efetivação deste trabalho.

Qualquer valor monetário que possa ser economizado através de um adequado planejamento tributário, será automaticamente repassado ao custo do produto, ou melhor, reduzido do seu custo, o que pode fazer a diferença em relação ao preço final da mercadoria, num mercado tão competitivo e globalizado como é o do leite.

Neste sentido, entende-se que este trabalho possa ser de importância relevante, na base de informação sobre produção e industrialização, para alguém que queira investir neste ramo de atividade. Implementar um investimento requer análises detalhadas dos custos e riscos envolvidos. Assim, ter a mão um trabalho que possa auxiliar o investidor, no que se refere a boa parte das questões tributárias que estão envolvidas no negócio, parece-nos suficientemente relevante, para a execução deste trabalho acadêmico.

1.7 LIMITAÇÃO DA PESQUISA

O objetivo deste trabalho não consiste em esgotar as questões referentes a aspectos tributários em empresas de produção e industrialização do leite. Não será analisada, por exemplo, a questão dos tributos estaduais como ICMS.

Assim, nesta pesquisa bibliográfica, serão analisadas diversas situações econômicas que se resguardam ao campo teórico. Se aplicadas no campo real, quanto a sua estrutura, custos, receitas, entre outros, poderão ocorrer algumas divergências em relação ao exposto neste trabalho.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A questão tributária sempre foi e é um tema polêmico e muito discutido. Nos últimos tempos, o projeto da reforma tributária, do imposto único, da legitimidade ou inconstitucionalidade da cobrança de tributos em cascata, etc, tem sido divulgado com bastante frequência na mídia brasileira. Isso demonstra quão onerosa é a carga tributária incidente sobre a produção, bem como, quão importante e fundamental é que se tenha um bom planejamento tributário que vise a redução destes custos para as empresas.

2.1 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

Neste trabalho de pesquisa, desenvolver-se-á uma análise sobre diversos tipos de tributos aos quais as empresas brasileiras estão sujeitas. A legislação que trata dos tributos está em constantes mudanças e avanços. É de fundamental importância estar atento para estas mudanças para poder desenvolver um estudo sobre um planejamento tributário, e em especial neste trabalho de conclusão de curso, para empresas que trabalham com a produção e industrialização de leite.

Neste sentido, CASTRO (2000:6) comenta:

Ninguém se organiza para pagar mais impostos. No mercado competitivo das modernas relações empresariais, o processo de planejamento, como um todo, passou a ser necessidade básica. O planejamento tributário insere-se em um procedimento amplo e geral que deve preceder a qualquer novo negócio ou alteração de rumo no mundo empresarial. Ele objetiva o que qualquer outro planejamento visa: a eficiência, em termos de dispêndio com tributos significará sempre pagar menos, dentro dos limites da lei.

Assim, quando alguém se refere a “planejamento tributário” logo vem em mente a idéia de diminuição do pagamento de impostos. Igualmente quando é colocada a expressão “redução do pagamento de impostos” tem-se a idéia da sonegação de impostos. O certo é que estas duas colocações que geralmente são associadas nada têm a ver entre si. Planejamento é uma expressão que se refere a estratégias de tomadas de decisão, visando alcançar objetivos

previamente definidos, sejam eles de curto ou longo alcance, que sejam benéficos para a organização. A expressão do planejamento tributário pode ser relacionada com a expressão de elisão fiscal.

Ainda, segundo HUCK (1997:1) “Imposto, obrigação tributária, fraude fiscal, sonegação, planejamento tributário são expressões que convivem muito próximas no vocabulário do homem moderno”. Assim, toda vez que alguém se referir a planejamento tributário, a idéia de ato doloso está associada ao mesmo.

2.2 ELISÃO FISCAL VERSUS EVASÃO FISCAL

Existe uma grande diferença e também uma grande confusão quanto as expressões “Elisão Fiscal” e “Evasão Fiscal”. Se o contribuinte pretende diminuir os seus encargos tributários, poderá fazê-lo legal ou ilegalmente. A maneira legal denomina-se elisão fiscal ou economia legal (planejamento tributário), enquanto que a forma ilegal denomina-se evasão fiscal (sonegação).

Segundo HUCK (1997:23-24), existe uma corrente de doutrinadores que entende que não existe diferença entre elisão fiscal e evasão fiscal. Em ambos os casos haveria um enriquecimento indevido por parte do contribuinte que o pratica, causando prejuízo ao fisco e conseqüentemente a sociedade em geral. Qualquer ato praticado que vise a redução do pagamento de impostos por parte do contribuinte deveria ser considerada um ato ilegal e tal valor pago à menor colocado à disposição do fisco.

Contrário a essa idéia, CASTRO (2002: 6) Comenta:

Não se pode censurar o contribuinte que, atento aos nebulosos desvios tomados pelo dinheiro público idealiza um conjunto de atos lícitos visando ao pagamento de menos impostos ou ao não pagamento de impostos. A este procedimento dá-se o nome de planejamento tributário. ...em havendo várias possibilidades de se formalizar um determinado negócio, o contribuinte, atento às normas tributárias, escolhe a que mais lhe convenha dentro das alternativas legais existentes. Ele é livre para analisar a legislação tributária e procurar suas lacunas e falhas para, aproveitando-se delas, diminuir sua carga tributária. ...na elisão, na verdade, o contribuinte encontra uma saída que o legislador não fora suficientemente previdente para trancar quando referiu de expresso como tributáveis algumas formas suscetíveis de enquadrar um fato econômico (geralmente as usuais), mas omitiu outras (as incomuns).

Ainda com relação ao tema, TAVARES (2002:10) segue a linha de pensamento de Castro e diz o seguinte:

Elisão fiscal reside na idéia de que nenhuma pessoa pode ser escravizada à hipótese de incidência de um tributo, sujeitando-se passivamente a praticar a situação definida em lei

como necessária e suficiente à ocorrência da obrigação tributaria ou até mesmo a praticá-la sob base de cálculo mais onerosa.

Segundo afirmam estes autores, a idéia do planejamento tributário deve ser considerada como um fato legal, bem como, o resultado da capacidade organizacional do contribuinte de organizar sua atividade visando a menor onerosidade tributária possível.

Quanto à questão da evasão fiscal, HUCK (1997: 15/30) diz o seguinte:

Evasão fiscal é “toda e qualquer ação ou omissão tendente a elidir, reduzir ou retardar o cumprimento de uma obrigação tributária.....no seio de qualquer grupo social organizado e sujeito ao pagamento de impostos, estará presente, em maior ou menor escala, a evasão de impostos”. “...evasão ocorre quando o contribuinte não transfere ou deixa de pagar integralmente ao fisco uma parcela a título de imposto, considerada devida por força de determinação legal”.

Com isto, segundo HUCK (1997:19) a evasão fiscal é o ato de sonegar o imposto. Esta sonegação pode ser praticada através da “fraude” que é o ato da redução do pagamento através de meios formais e materialmente ilícitos. Pode se dar através da “simulação” que é a sonegação do tributo através do uso de processos legais na sua aparência, mas ilícitos na sua substância. Existe ainda o “conluio”, que é um pacto doloso entre duas ou mais pessoas, visando um objetivo comum que é a sonegação fiscal.

Ainda quanto a questão da elisão fiscal, HUCK, (1997: 22/32) comenta o seguinte:

Elisão fiscal “é a faculdade clássica do indivíduo em configurar seu negócio jurídico lícitamente, utilizando-se das formas disponíveis no direito privado, de tal modo a não constituir um fato imponible, abortando o nascimento da obrigação tributária...”. “ A elisão fiscal, como obra da criatividade e engenho dos planejadores tributários, aspira a uma condição de legalidade que a distinga da evasão”.

Observa-se assim, que elisão fiscal pode ser usada como sinônimo de planejamento tributário, uma vez que ela está diretamente relacionada com a redução do pagamento de tributos de forma legal. Como diferenças básicas entre elisão fiscal e evasão fiscal, HUCK (1997:28) comenta que a primeira consiste no ato de não entrar na relação fiscal, enquanto que a segunda, consiste em dela sair sem o pagamento do imposto devido, após ter entrado na relação fiscal.

O bom planejamento tributário visa a redução do pagamento de tributos, conforme já comentado anteriormente. Essa redução muitas vezes é alcançada, detectando-se falhas ou brechas na legislação que instituiu o imposto. Neste sentido, toda elisão fiscal, conseguida através da exploração dessas falhas, com o tempo passa a ser corrigida pela autoridade tributária.

A esse respeito, HUCK (1997: 33) comenta o seguinte:

Não seria exagero afirmar que a elisão distingue-se da evasão tão-somente por uma questão de tempo, pois um planejamento tributário específico, em certo momento, pode ser considerado como elisão fiscal, segundo um sistema tributário nacional e, sendo detectado e identificado pelas autoridades fiscais, passa a ser por elas expressamente proibido, transformando-se, desse ponto em diante, em evasão.

Também, no que tange a questão da redução do pagamento de impostos, pode-se determinar qual é tipo de tributação a ser utilizada pela empresa, pois dependendo da escolha, isso pode trazer um resultado positivo, ou seja, reduzir o ônus tributário em números expressivos para a organização.

2.3 LUCRO REAL OU LUCRO PRESUMIDO

A forma de tributação das empresas, em muitos casos, também é de fundamental importância para a determinação do montante de impostos que serão exigidos pelo legislador. A tributação pelo Lucro Real é uma faculdade aberta a todos os tipos de empresas, não importando qual seja seu objeto social, porte ou forma de constituição.

Em relação a conceituação do que seja lucro real, o RIR – Regulamento do Imposto de Renda (1999: 65) em seu Art. 247 define o seguinte: “Lucro real é o lucro líquido do período de apuração ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas por este decreto (Decreto-Lei n. 1.598, de 1997, artigo 6º.)”.

Existem algumas empresas que, obrigatoriamente devem ser tributadas pelo Lucro Real, conforme determinação legal prescrita no Art. 246 do RIR – Regulamento do Imposto de Renda, (1999: 64) as quais são:

- Cujas receitas totais, no ano-calendário anterior seja superior ao limite de R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões), ou proporcional ao número de meses do período, quando inferior a doze meses de atividade.
- Sejam instituições financeiras.
- Com lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior.
- Que tenham, benefícios fiscais de isenção ou redução de impostos.
- Factoring.

Todas as empresas que não estiverem compreendidas pelas situações acima, poderão optar pela tributação com base no Lucro Presumido. O lucro presumido é um sistema de tributação diferente do Lucro Real. Ele considera um percentual estimado da receita como

sendo o lucro da empresa e sobre este “lucro” são pagos os impostos. O RIR (1999:113) Art. 516 diz: “A pessoa jurídica cuja receita bruta total, no ano-calendário anterior, tenha sido igual ou inferior a vinte e quatro milhões de reais, ou a dois milhões de reais multiplicados pelo número de meses de atividade no ano-calendário anterior, quando inferior a doze meses, poderá optar pelo regime de tributação com base no lucro presumido (Lei no. 9.718, de 1998, artigo 13)”.

Ressalta-se que a aplicação e validação da proposta que será apresentada nesse trabalho, terá sua validade resguardada, apenas nas condições em que se fizerem válidas a legislação vigente até o ano de 2001. Toda mudança que ocorrer dentro da legislação a partir do ano de 2002 não será aplicada ao mesmo.

3 TRIBUTAÇÃO DAS PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS

Em virtude da complexidade do sistema tributário brasileiro, bem como, do grande número de tributos incidentes sobre a atividade econômica no Brasil, faz-se necessária a delimitação sobre quais tributos será feita a análise em questão. Assim, neste trabalho de estudo tributário, serão analisados os tributos federais (COFINS, PIS, IR e CSLL) e a Contribuição para a Previdência Social. Os demais tributos, como por exemplo o ICMS, não serão contemplados e analisados.

A seguir, apresentar-se-á um resumo sobre os tributos supra-citados que incidem sobre a atividade leiteira, tanto nas pessoas físicas como nas pessoas jurídicas.

3.1 TRIBUTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

A tributação da previdência social atinge tanto as pessoas físicas quanto às pessoas jurídicas. Porém, existe uma grande diferença entre o percentual incidente sobre ambos, bem como, quais as bases de cálculo do mesmo em cada estrutura.

3.1.1 PESSOAS FÍSICAS

Os produtores rurais pessoa física e segurado especial, assim como os empregadores urbanos, trabalhadores autônomos, avulsos, etc, devem contribuir para com a previdência social. A legislação que trata dessa contribuição do produtor, bem como, das demais contribuições das empresas em geral é a Lei 8.212/91, que está regulamentada e pelo Decreto 3048/2000.

O fato gerador da contribuição previdenciária para o produtor rural é a comercialização de seus produtos. Toda vez que ele comercializa algum produto, incorre na obrigação do recolhimento de um percentual para a previdência social. Assim, sobre o

momento de ocorrência do fato gerador, a Instrução Normativa nº 60 INSS-DC, de 30/10/2001 versa o seguinte:

Art. 9º. – O fato gerador das contribuições devidas à Previdência Social ocorre:

I – na comercialização da produção rural de pessoa física e de segurado especial realizada diretamente com:

- a) adquirente domiciliado no exterior;
- b) consumidor pessoa física no varejo;
- c) outro produtor rural pessoa física;
- d) outro segurado especial.

IV – na comercialização da produção rural realizada pelo produtor rural pessoa física e segurado especial com empresa adquirente, consumidora, consignatária ou com cooperativa.

A contribuição devida pelo produtor rural é denominada de FUNRURAL. A base de cálculo do FUNRURAL é a comercialização de produtos. Sobre a base de cálculo de incidência da contribuição do produtor rural a já citada IN nº 60 diz:

Art. 13 – A base de cálculo das contribuições devidas pelo produtor rural é:

I – o valor da receita bruta proveniente da comercialização da produção e dos respectivos subprodutos e resíduos;

II – o valor do arremate da produção rural dada em garantia ou penhora;

III – o preço de mercado da produção rural dada em pagamento, permuta, ressarcimento ou em compensação....

Sobre a responsabilidade quanto ao recolhimento da contribuição do produtor, podem ocorrer duas hipóteses:

1º - Quando a comercialização for realizada com pessoas jurídicas, cabe a estas reter o valor do FUNRURAL devido pelo produtor e repassar o mesmo à previdência social.

2º - Quando o produtor comercializa seus produtos diretamente com consumidores varejistas, com outros produtores rurais ou com pessoas domiciliadas no exterior, ele mesmo estará obrigado a efetuar o recolhimento da contribuição devida à previdência social. Esta situação está prevista na já aludida IN nº 60, conforme segue:

Art. 18 – as contribuições incidentes sobre a receita bruta oriundas da comercialização da produção são devidas pelo produtor rural, sendo a responsabilidade pelo recolhimento:

I – do próprio produtor rural pessoa física e do segurado especial, quando comercializarem a produção diretamente com adquirente domiciliado no exterior, com outro produtor rural pessoa física, com outro segurado especial ou com consumidor, no varejo;

IV – da empresa adquirente, inclusive se agroindustrial, consignatária ou da cooperativa, na condição de sub-rogada nas obrigações do produtor rural pessoa física e do segurado especial;

O valor que é devido pelo produtor rural é de 2,00% (dois por cento) sobre o valor da base de cálculo, para financiamento da seguridade social e de 0,1% (zero virgula um por cento) sobre a base de cálculo, para financiamento das obrigações e encargos decorrentes de acidentes de trabalho. A esse respeito à Lei 8.212/91 versa o seguinte:

Art. 25 – A contribuição do empregador rural pessoa física e do segurado especial referidos respectivamente, na alínea a do inciso V e no inciso VII do artigo 12. desta Lei, destinada à Seguridade Social, é de:

I – 2% da receita bruta proveniente da comercialização de sua produção;

II – 0,1% da receita bruta proveniente da comercialização da sua produção para financiamento das prestações por acidente de trabalho.

Existe ainda um outro valor de 0,2% (zero virgula dois por cento) que o produtor rural deve recolher e que é destinado para financiar o SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural). Este percentual também é aplicado sobre o valor total da comercialização dos produtos rurais.

Assim, a soma dos percentuais incidentes sobre a comercialização da produção rural totaliza 2,3% (dois virgula três por cento), sendo:

- 2,0% destinado ao custeio da previdência social.
- 0,1% destinado ao custeio dos encargos com acidentes de trabalho.
- 0,2% destinado ao custeio do SENAR.

Este valor deve ser recolhido mensalmente até o dia dois de cada mês subsequente a data da comercialização dos produtos. Quando neste dia não houver expediente bancário, o prazo para pagamento passa a ser o dia útil seguinte ao mesmo.

3.1.2 PESSOAS JURÍDICAS

As pessoas jurídicas devem contribuir para a previdência social através do pagamento de percentuais sobre a folha de pagamento de seus funcionários, sobre o valor pago aos sócios a título de pró-labore, bem como, sobre os pagamentos efetuados a autônomos e avulsos.

Com relação aos funcionários, a empresa irá recolher um percentual fixo de 20% (vinte por cento) sobre o valor da folha de pagamento que será destinado para financiar a seguridade social. Esta obrigação está prevista na Lei 8.212/91:

Art. 22 – A contribuição a cargo da empresa, destinada à Seguridade Social, além do disposto no artigo 23 é de:

I – vinte por cento sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhe prestem serviços, destinados a retribuir o trabalho, qualquer que seja sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial

A artigo anterior cita a contribuição destinada à seguridade social prevista no artigo

23 da mesma Lei. Este artigo 23, trata da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido). Ela será abordada na parte que trata dos tributos federais e portanto, não será enfatizada neste momento.

A empresa irá recolher também um valor que é destinado ao financiamento dos gastos com acidentes de trabalho. Este valor devido pelas empresas, é variável dependendo do grau de risco de acidentes de trabalho à que a empresa estiver sujeita. O valor devido a este título, varia de 1% (um por cento) para empresas de risco leve até 3% (três por cento), para empresas com alto risco de acidentes de trabalho. Sobre os valores pagos a título de pró-labore, bem como, a contribuintes individuais que lhes prestem serviços, também haverá a incidência de 20% (vinte por cento) para a previdência social. Essas duas previsões também se encontram amparadas na Lei 8.212/91 que assim versa sobre o tema:

Art. 22 -

II – Para o financiamento do benefício previsto nos artigos 57 e 58 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, e daqueles concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho, sobre o total das remunerações pagas ou creditadas, no decorrer do mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos:

a) 1% (um por cento) para as empresas em cuja atividade preponderante o risco de acidentes do trabalho seja considerado leve;

b) 2% (dois por cento) para as empresas em cuja atividade preponderante esse risco seja considerado médio;

c) 3% (três por cento) para as empresas em cuja atividade preponderante esse risco seja considerado grave.

III – vinte por cento sobre o total de remunerações pagas ou creditadas a qualquer título, no decorrer do mês, aos segurados contribuintes individuais que lhe prestem serviços.

Existe ainda uma quarta contribuição, que é destinada a custear as chamadas “outras entidades” como SESC, SENAC, SENAI, Salário Educação e outros. Ela também é variável por tipo de empresa, podendo chegar a 7,7% (sete virgula sete por cento) sobre o valor da folha de pagamento.

No caso das agroindústrias, que é um dos tipos de empresas envolvidas neste trabalho, a contribuição devida á este título é a máxima possível, ou seja, 7,7% (sete virgula sete por cento), que é composta por Salário Educação, INCRA e SENAR com alíquotas de com 2,5%, 2,7% e 2,5%, respectivamente.

O prazo de recolhimento destas contribuições é no dia dois de cada mês subsequente ao de ocorrência do fato gerador. Quando neste dia não houver expediente bancário, o prazo para o recolhimento dessa contribuição passa a ser o dia útil seguinte ao mesmo.

3.2 TRIBUTAÇÃO FEDERAL

Com relação aos tributos federais, assim como ocorre com a tributação da previdência social, também há a necessidade de analisar as partes envolvidas separadamente para melhor entendimento dos tributos e alíquotas incidentes em cada estrutura.

3.2.1 PESSOAS FÍSICAS

Com relação ao IR (imposto de renda), a atividade rural é tratada de maneira semelhante as demais atividades mercantis. Os rendimentos líquidos obtidos pelos produtores rurais pessoa física em suas atividades, são integralmente tributados pelo imposto de renda. Esta situação está prevista no Regulamento do Imposto de Renda – RIR, que diz: “Art. 57 – São tributáveis os resultados positivos provenientes da atividade rural exercida pelas pessoas físicas, apurados conforme dispôs nesta seção (Lei n. 9.250, de 1995, artigo 9º.)”

A forma para se apurar o resultado líquido das pessoas físicas, conforme determina o RIR é a seguinte: “Art. 60 - O resultado da exploração da atividade rural será apurado mediante escrituração do Livro Caixa, que deverá abranger as receitas, as despesas de custeio, os investimentos e demais valores que integram a atividade (Lei n. 9.250, de 1995, artigo 18.)”.

Pode-se observar que o RIR estabelece que a pessoa física deve ter um livro caixa onde devem ser escrituradas todas as receitas e despesas envolvidas com a atividade para obter-se o rendimento tributável. Porém, em outra consideração, o RIR, em seu artigo 71, apresenta uma situação alternativa a esta, na qual a utilização do Livro Caixa estará dispensado. Neste caso, considerar-se-á que 20% (vinte por cento) da receita bruta seja tributada como sendo o lucro da atividade. Em relação à receita bruta da atividade rural, o RIR versa sobre o tema:

Art. 61- A receita bruta da atividade rural é constituída pelo montante das vendas dos produtos oriundos das atividades definidas no artigo 58, exploradas pelo próprio produtor-vendedor.

§5. – A receita bruta, decorrente da comercialização de produtos, deverá ser comprovada por documentos usualmente utilizados, tais como nota fiscal de produtor, nota fiscal de entrada, nota promissória rural vinculada à nota fiscal do produtor e demais documentos reconhecidos pelas fiscalizações estaduais.

Com relação às despesas de custeio e investimentos, que são os meios pelos quais o produtor viabiliza a sua atividade, existe uma definição sobre quais os gastos que podem ser atribuídos à atividade rural. Em relação a estes gastos o RIR diz:

Art. 62 - os investimentos serão considerados despesas no mês do pagamento....

§ 1º. - as despesas de custeio e investimentos são aqueles necessários à percepção dos rendimentos e à manutenção da fonte produtora, relacionados com a natureza da atividade exercida.

§ 2º. - Considera-se investimento na atividade rural a aplicação de recursos financeiros, durante o ano calendário, exceto a parcela que corresponder ao valor da terra nua, com vistas ao desenvolvimento da atividade para expansão da produção ou melhoria da produtividade e seja realizada com ...:

I – benfeitorias resultantes de construção, instalações, melhoramentos e reparos;

II – culturas permanentes, essências florestais e pastagens artificiais;

III- aquisição de utensílios e bens, tratores, implementos e equipamentos, máquinas, motores, veículos de cargo ou utilitários de emprego exclusivo na exploração da atividade rural;

IV – animais de trabalho, de produção e de engorda;

V – serviços técnicos especializados, devidamente contratados, visando elevar a eficiência do uso dos recursos da propriedade ou exploração rural;

§ 3º. - As despesas relativas às aquisições a prazo somente serão consideradas no mês do pagamento de cada parcela.

§ 4º. - O bem adquirido por meio de financiamento rural será considerado despesa no mês do pagamento do bem e não no pagamento do empréstimo.

Quando o produtor opta em apurar o resultado através da escrituração do Livro Caixa e seu saldo final se mostrar positivo, isso demonstra que o produtor obteve lucro com sua atividade. Com isso, ele deverá pagar o Imposto de Renda sobre o lucro, conforme definido nos artigos 83 e 86 do RIR que assim versa sobre o tema:

Art. 83 – A base de cálculo do imposto devido no ano calendário será a diferença entre as somas...:

I – de todos os rendimentos percebidos durante o ano calendário, exceto os isentos, os não tributáveis, os tributáveis exclusivamente na fonte e os sujeitos à tributação definitiva;

II - das deduções relativas ao somatório dos valores que tratam os artigos 74, 75, 78 a 81, e 82, e da quantia de um mil e oitenta reais por dependente.

Art. 86 – O imposto devido na declaração de rendimentos será calculado mediante utilização das seguintes tabelas:

I - relativamente aos fatos geradores ocorridos durante os anos-calendário de 1998 e 1999 (Lei nº. 9.532, de 1997, artigo 21):

BASE DE CALCULO EM R\$	ALÍQUOTA %	PARCELA A DEDUZIR DO IMPOSTO EM R\$
Até 10.800,00	-	-
Acima 10.800,00 até 21.600,00	15	1.620,00
Acima de 21.600,00	27,5	4.320,00

II – relativamente aos fatos geradores que ocorrerem a partir de 1º. de janeiro de 2000 (Lei nº. 9.250, de 1995, artigo 11, e Lei nº. 9.532, de 1997, artigo 21, parágrafo único).

BASE DE CÁLCULO EM R\$	ALÍQUOTA %	PARCELA A DEDUZIR DO IMPOSTO EM R\$
Até 10.800,00	-	-
Acima 10.800,00 até 21.600,00	15	1.620,00
Acima de 21.600,00	25	3.780,00

3.2.2 PESSOAS JURÍDICAS

As pessoas jurídicas em geral estão sujeitas a quatro tipos de tributos federais que são a COFINS (Contribuição para o Financiamento Social), o PIS (Programa de Integração Social), o IR (Imposto de Renda) e a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido). Dentro destes quatro tributos, existem dois, a COFINS e o PIS, que são cobrados diretamente sobre a receita das empresas. Nesse caso, a cobrança dos mesmos independe do resultado líquido da empresa. Sempre que há receita, há a incidência desses tributos.

Os outros dois tributos, CSLL e IR, são cobrados de acordo com o sistema de tributação ao qual a empresa está sujeita ou enquadrada. Neste sentido, as pessoas jurídicas em relação ao sistema de tributação, podem optar pelo Lucro Real ou pelo Lucro Presumido.

Quando a opção for pelo Lucro Real, a empresa deverá apurar o lucro real do estabelecimento e então aplicar o percentual do IR e da CSLL diretamente sobre o lucro encontrado. Quando a empresa apresentar prejuízo ou não houver lucro para efeito fiscal, também não haverá o pagamento de tributos.

No caso da empresa apresentar prejuízos em certos períodos, estes poderão ser compensados futuramente, em períodos que for apurado lucro, em percentuais que são definidos pela Secretaria da Receita Federal. Com relação ao Lucro Real e ao Lucro Líquido, o RIR assim os define:

Art. 247 – Lucro real é o lucro líquido do período de apuração ajustado pelas adições, exclusões e compensações prescritas ou autorizadas por este decreto (decreto-Lei nº. 1.598, de 1997, artigo 6º.).

Art. 248 – O lucro líquido do período de apuração é a soma algébrica do lucro operacional (capítulo V), dos resultados não operacionais (capítulo VII), e das participações, e deverá ser determinado com observância dos preceitos da lei comercial.

Quando a opção for pelo Lucro Presumido o cálculo do IR e da CSLL é feito de maneira semelhante ao PIS e a COFINS, ou seja, é aplicado um percentual diretamente sobre a receita bruta da empresa para determinar o montante a ser pago. Neste caso, também se considera uma presunção de lucro sobre o a receita da empresa e sobre este “suposto lucro” são aplicados os percentuais definidos pelo RIR.

Porém, existem algumas empresas que obrigatoriamente deverão ser tributadas pelo Lucro Real, conforme definido pelo RIR:

Art. 246 – Estão obrigadas à apuração do lucro real as pessoas jurídicas (Lei nº. 9.718, de 1998, artigo 14):

I – cuja receita total, no ano calendário anterior, seja superior ao limite de vinte e quatro

milhões de reais, ou proporcional ao número de meses do período, quando inferior a doze meses;

II – cujas atividades sejam bancos ...;

III – que tiverem lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior;

IV – que, autorizados pela legislação tributária, usufruam de benefícios fiscais relativos à isenção ou redução do imposto;

V – que, no decorrer do ano calendário, tenham efetuado pagamento mensal pelo regime de estimativa, na forma do artigo 222;

VI – que explorem as atividades de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia ... (factoring).

Assim, conforme ficou demonstrado, as pessoas jurídicas estão obrigadas a recolher quatro tributos federais que são a COFINS, o PIS, a CSLL e o IR. Em qualquer situação, a COFINS e o PIS são sempre apurados aplicando-se um percentual diretamente sobre a receita das empresas. Já os outros dois, IR e CSLL, são apurados diferentemente, de acordo com o tipo de tributação a que estiverem sujeitas ou enquadradas.

As alíquotas destes tributos à que as empresas comerciais e industriais estão sujeitas são:

COFINS – A alíquota da COFINS é de 3% (três por cento) sobre a receita bruta (Lei nº 9.718, de 1998, art. 8º.).

PIS - A alíquota da contribuição para o PIS é de 0,65% (zero virgula sessenta e cinco por cento), sobre a receita bruta (Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, art. 8º., inciso I; MP nº 1.807, de 28 de janeiro de 1999, e reedições).

CSLL - A alíquota da CSLL é de 9% (nove por cento) para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º. de fevereiro de 2000 até 31 de dezembro de 2002 (MP nº. 1.858-10, de 1999 e reedições). Para as empresas tributadas pelo Lucro Presumido, a presunção da receita, considerada como sendo o lucro da empresa, que servirá de base de cálculo para a incidência da alíquota de 9% da CSLL, é de 12% (doze por cento)

IR - As alíquotas do Imposto de Renda em vigor desde o ano-calendário 1996 são as seguintes:

- **Imposto Normal** -15% (quinze por cento) sobre o lucro real, presumido ou arbitrado apurado pelas pessoas jurídicas em geral.
- **Adicional do imposto** - A parcela do lucro real que exceder ao resultado da multiplicação de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) pelo número dos meses do respectivo período de apuração sujeita-se à incidência do adicional, à alíquota de 10% (dez por cento). Também em relação às pessoas jurídicas que optarem pela

apuração do lucro presumido ou arbitrado, o adicional incide sobre a parcela que exceder o valor resultante da multiplicação de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) pelo número de meses do respectivo período de apuração.

Estes percentuais estão definidos no RIR em seu artigo 228 conforme segue:

Art. 228 - o imposto a ser pago mensalmente na forma desta seção será determinada mediante a aplicação, sobre a base de cálculo, da alíquota de quinze por cento (Lei n. 9.430, de 1996, artigo 2º, § 1º).

Parágrafo único – a parcela da base de cálculo, apurada mensalmente, que exceder vinte mil reais ficará sujeita à incidência de adicional do imposto à alíquota de dez por cento (Lei n. 9.430, de 1996, artigo 2º, § 2º).

Para as empresas que optarem pela tributação com base no lucro presumido, a presunção da base de cálculo do IR, que supostamente é o lucro da atividade, varia entre 8% (oito por cento) e 32% (trinta e dois por cento) sobre a receita bruta da empresa. Na atividade leiteira, que o caso em questão, esta presunção é de 8% (oito por cento) e sobre este valor, são aplicadas as mesmas alíquotas incidentes quando da opção pelo lucro real.

Em relação a tributação do IR, as empresas agroindustriais são tratadas de forma semelhante as demais empresas. Esta afirmação encontra-se respaldada no RIR conforme segue: “Art. 406 – A pessoa jurídica que tenha por objeto a exploração da atividade rural pagará o imposto de renda e adicional de conformidade com as normas aplicadas as demais pessoas jurídicas (Lei nº. 9.249, de 1995. artigo 2º.)”.

4 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Para poder fazer os ensaios sobre qual é a melhor forma organizacional em termos de viabilidade tributária dentro da atividade proposta, há a necessidade de montar uma estrutura operacional, demonstrando quais custos são imputados à atividade, qual a sua estrutura funcional, operacional, etc.

Assim, será apresentada a estrutura organizacional que irá desenvolver as atividades de produção e industrialização do leite. Esta estrutura será separada em duas partes, onde uma terá a atribuição de produzir o leite e a outra irá efetuar a industrialização do mesmo.

Isso se faz necessário, porque no caso onde a atividade será analisada como se fossem duas partes, produção na pessoa física e industrialização por uma empresa, existem impostos e alíquotas diferentes que incidem sobre os custos e a produção de cada estrutura e por isso essa separação.

4.1 ESTRUTURA DE PRODUÇÃO DE LEITE

A estrutura de produção do leite é embasada num estudo técnico efetuado pela Gerência Regional da EPAGRI de Tubarão – SC, tendo como responsável técnico o Sr. Econ. Adilson Dalponte. Este trabalho foi desenvolvido da região de Tubarão – SC, no período entre julho de 2001 a junho de 2002. Sua finalidade consistiu em obter informações sobre a produção leiteira na região, em termos físicos e econômicos, visando apresentar um estudo sobre a viabilidade da atividade leiteira na região.

Porém, deste trabalho, utilizaremos somente alguns dados que dizem respeito ao que iremos apresentar, não sendo suas informações totalmente aplicadas ao estudo em questão, pois algumas informações estão direcionadas a atividade no ramo da economia familiar rural. O respectivo trabalho resultou nos seguintes dados técnicos sobre a atividade de produção de leite:

Tabela 01 - Indicadores Físicos da Produção de Leite

ITEM	BOM DESEMPENHO ¹
Número de Vacas	28,42
Área de pasto (hectare)	10,60
Leite vaca/ano (litro)	4.077
Leite/ha pasto/ano (litro)	10.931
Leite total ano (litro)	115.868
Concentrado/litro (gramas)	0,349
UTH contratado	0,12
UTH familiar	1,43
Litros de leite/UTH/dia	249
UA/ha de pasto	3,88
Pastagem inverno/UA (m2)	1.533
KG de silagem/UA	4.455

Fonte: Responsável Técnico Econ. Adilson Dalponte - 2002

Da tabela 01, pode-se utilizar os seguintes dados para aplicação na estrutura de produção:

- A média de leite/ano por vaca é de 4.077 litros.
- Para cada grupo com cem vacas utiliza-se 5,45 UTH (unidade de trabalho homem) de mão-de-obra.
- Que há uma necessidade de espaço físico de 53,18 hectares de terra para cada cem vacas

A seguir será apresentada uma tabela com valores econômicos envolvidos na atividade pesquisada.

¹ O termo bom desempenho está relacionado a uma média de produtividade onde estão incluídas somente as propriedades que tiveram um desempenho bom em relação ao total de propriedades pesquisadas.

Tabela 02 - Indicadores Econômicos da Produção de Leite

ITEM	BOM DESEMPENHO
Preço de Venda/Litro	0,317
Custo Variável/Litro	0,108
Alimentos	0,073
Sanidade	0,009
Outros Custos	0,026
Custo Fixo/Litro	0,096
Depreciação + Juros	0,058
Mão-de-Obra Familiar	0,021
Mão-de-Obra paga	0,002
Outros Custos	0,015
Custo Total/Litro	0,204
Lucro/Litro	0,113
Renda Bruta/Vaca	1.764,27
Leite (%)	73,16
Animais (%)	26,84
Custo Variável/Vaca	598,70
Alimentos	408,00
Sanidade	47,00
Outros Custos	143,70
Margem Bruta/Vaca	1.165,57
Custo Fixo/Vaca	542,43
Depreciação + Juros	318,54
Mão-de-Obra Familiar	118,76
Mão-de-Obra Paga	11,76
Outros Custos	93,38
Lucro/Vaca/Ano	623,14

Fonte: Responsável Técnico Econ. Adilson Dalponte – 2002

Da tabela 02, pode-se utilizar os seguintes dados em nossa simulação de estrutura:

- preço médio de venda do leite “in-natura” é de R\$ 0,317;
- Que o custo total de produção por litro de leite é de R\$ 0,204;
- custo de produção médio variável por litro de leite é de R\$ 0,131, sendo;
- R\$ 0,073 com alimentos;
- R\$ 0,009 com sanidade;
- R\$ 0,002 com mão de obra terceirizada;
- R\$ 0,026 com outros custos;
- custo de produção médio fixo por litro de leite é de R\$ 0,073, sendo;
- R\$ 0,058 com depreciação e juros;
- R\$ 0,015 com outros custos.
- R\$ 0,021 com mão de obra operacional;(*)

* O estudo apresentado pela EPAGRI, relata os custos operacionais de uma unidade rural familiar. Com isso, o valor da mão de obra está subavaliado, uma vez que foi atribuído a ela (MOD), um valor muito baixo. Isso ocorre porque em geral, na atividade rural familiar, o resultado (lucro) da atividade é considerado, como sendo a remuneração da mão de obra própria empregada.

Para que haja a viabilidade do negócio, onde a mão de obra é totalmente terceirizada, ou seja, executado por empregados, este valor (R\$ 0,021 por litro de leite produzido) deve ser multiplicado por aproximadamente 2,5 (duas virgula cinco) vezes, para chegar ao valor que a empresa necessita (R\$ 1.970,00) para pagar os seus funcionários. Essa multiplicação por duas virgula cinco vezes é aleatória, pois ela poderia ser de três ou quatro vezes, desde que o valor resultante desta multiplicação fosse suficiente para cobrir os gastos com salários. Essa situação será demonstrada abaixo:

- Para cada grupo de cem animais, precisa-se de 5,45 pessoas trabalhando;
- Cada pessoa irá receber em média R\$ 350,00 o que dá um valor mensal R\$ 1.907,00 (5,45 x 350,00);

- Cada cem animais produzem mensalmente, aproximadamente 40.000 litros de leite;
- Assim, $40.000 \times R\$ 0,0525 = R\$ 2.100,00$.

Com a utilização deste critério de custo de mão de obra direta, o custo total de produção de um litro de leite passa a ser de R\$ 0,2355 e não mais de R\$ 0,204, conforme demonstrado anteriormente.

4.1.1 DADOS SOBRE A PRODUÇÃO DE LEITE

A partir das informações obtidas junto a EPAGRI, pode-se apresentar uma estrutura resumida sobre dados relacionados com a produção de leite conforme segue:

Tabela 03 - Dados sobre a produção de leite		
ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR/QUANTIDADE
01	Espaço físico utilizado por animal	0,53 hectares
02	Produção média por animal ano/litros	4.077
03	Mão-de-obra necessária/cem animais	5,45 UTH
04	Preço médio de venda "in- natura"/litro	R\$ 0,3170
05	Custo médio total produção/litro	R\$ 0,2355
06	Custo variável/litro	R\$ 0,1625
07	Alimentação	R\$ 0,0730
08	Sanidade	R\$ 0,0090
09	Mão-de-obra operacional	R\$ 0,0525
10	Mão-de-obra terceirizada	R\$ 0,0020
11	Outros custos	R\$ 0,0260
12	Custo fixo/litro	R\$ 0,0730
13	Depreciação + Juros	R\$ 0,0580
14	Outros custos	R\$ 0,0150
15	Lucro/litro	R\$ 0,0815

4.2 ESTRUTURA DE INDUSTRIALIZAÇÃO DO LEITE

A atividade de industrialização do leite, mais especificamente no que se refere a

custos de produção, tem sido uma questão amplamente discutida nos últimos tempos. A Assembléia Legislativa de Santa Catarina, durante o ano de 2001 instalou uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para verificar quais eram os reais custos que as indústrias tinham com a industrialização do leite.

Esse fato (instalação da CPI) foi motivado porque os produtores reclamavam que o valor que recebiam pelo produto era muito baixo. Por outro lado, os consumidores reclamavam que o preço que pagavam pelo mesmo estava muito alto. Havia, e ainda há, uma agregação de valor muito grande entre o que o produtor recebe pelo produto “in-natura” e o que o consumidor paga pelo produto industrializado nos supermercados.

Foi efetuada uma pesquisa junto a EPAGRI e a Secretaria da Agricultura de Santa Catarina, e ficou constatado que nenhum dos dois órgãos têm nenhum estudo ou trabalho direcionado a identificar os custos que estão envolvidos na industrialização do leite. Sobre a CPI do leite, também não há um relatório conclusivo e o resultado das mesma encontra-se arquivada na Assembléia Legislativa sem ter chegado a um resultado prático sobre o motivo para a qual foi criada.

Neste sentido, este trabalho ficará prejudicado, quanto a identificação dos custos por litro envolvidos na industrialização do leite, bem como, quanto aos valores de receitas por litro, uma vez que não há nenhuma informação oficial sobre o referido assunto. Assim, será feita uma simulação hipotética de custos e receitas, não estando estes valores amarrados a nenhum dado oficialmente divulgado ou reconhecido. Porém, como a questão relacionada à receita e custos de industrialização é imprescindível à apreciação dos objetivos pré-estabelecidos neste trabalho, será montada esta simulação.

Para realizar essa apreciação, têm-se duas informações que podem ser julgadas importantes. Uma é a de que o leite entra na indústria a um preço médio aproximado de R\$ 0,317 por litro. A outra é a do preço médio praticado no comercio varejista varia entre R\$ 1,00 e R\$ 1,15 por litro. Com isso, pode-se pressupor que o mesmo sai da indústria a um valor entre R\$ 0,85 e R\$ 0,95 por litro. Assim, será considerado um valor médio de preço de venda do leite para esta apreciação como sendo de R\$ 0,90 (noventa centavos) por litro.

4.2.1 DADOS SOBRE A INDUSTRIALIZAÇÃO DO LEITE

Como não são conhecidos os custos de industrialização, será apresentada uma proposta de custos envolvidos na atividade de industrialização, com base nas informações até

aqui apresentadas. Assim, o quadro com os “supostos” custos de industrialização são:

Tabela 04 - Custos de Industrialização de Leite

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR
01	Custos variáveis/litro	R\$ 0,06235
02	Custo leite "in-natura"/litro	R\$ 0,3170
03	Custo embalagem/litro	R\$ 0,1500
04	Mão-de-obra direta/litro	R\$ 0,0625
05	Mão-de-obra indireta/litro	R\$ 0,0125
06	Outros custos/litro	R\$ 0,0815
07	Custos fixos/litro	R\$ 0,1635
08	Depreciação + Juros/litro	R\$ 0,0825
09	Despesas administrativas/litro	R\$ 0,0335
10	Outros custos/litro	R\$ 0,0475
11	Custo total/litro	R\$ 0,7870
12	Receita venda/litro	R\$ 0,9000
13	Lucro bruto/litro	R\$ 0,1130

5 SIMULAÇÃO DAS DIFERENTES ESTRUTURAS

Para determinar o montante de tributos que incidem sobre a atividade leiteira, será feita uma análise por porte e tipo de empreendimento, para determinar qual a melhor maneira de implementar um negócio neste ramo de atividade, bem como, se a resposta encontrada de viabilizar este negócio permanece válida para outros tamanhos de empreendimento.

Neste sentido, serão feitas simulações sobre duas estruturas quanto ao seu tamanho. Sobre cada estrutura será determinado qual o montante de tributos que deverão ser pagos.

Como a produção do leite pela pessoa física e a sua industrialização por uma indústria formam uma das possibilidades de implementar a atividade, os tributos devidos por estes dois segmentos serão somados, pois nesta simulação, eles serão analisados como um todo. Por outro lado temos a agroindústria, que é a outra forma de desenvolver a atividade, sendo determinado o montante dos tributos devidos neste tipo de empreendimento o qual envolve todo o processo de produção e industrialização do leite. Nas simulações, o IR e a CSLL serão apurados com base no lucro real.

Uma vez analisadas as duas possibilidades e definido qual é o volume de tributos devidos em cada segmento, far-se-á a confrontação dos mesmos para verificar qual é a melhor forma de implementar este negócio.

5.1 ESTRUTURA DE PORTE MÉDIO

Inicialmente será analisada uma estrutura que iremos determinar que seja de porte médio. Esta será composta por 1.200 (um mil e duzentas) vacas em plena produção. Em princípio, cada segmento é analisado de forma isolada. Ao término desta análise, serão somados os tributos devidos pela pessoa física com os da indústria para serem confrontados com os devidos pela agroindústria.

5.1.1 TRIBUTAÇÃO DA PESSOA FÍSICA

Em relação à produção, receitas e custos, de acordo com os dados apresentados no capítulo 4 deste trabalho, estes podem ser determinados da seguinte forma:

- Produção – cada vaca produz aproximadamente 4.070 litros/ano, 1.200 vacas irão produzir 4.884.000 litros;
- Receita – cada litro de leite é comercializado por R\$ 0,317, isso representa uma receita anual de R\$ 1.548.228,00 (4.884.000 litros x R\$ 0,317);
- Custo variável – o custo variável por litro é de R\$ 0,1625 que representa um custo variável total de R\$ 793.650,00 (4.884.000 litros x R\$ 0,1625);
- Custo fixo – o custo fixo por litro é de R\$ 0,073 que representa um custo fixo total de R\$ 356.532,00 (4.884.000 litros x R\$ 0,073).

Com essas informações é possível apurar o resultado da atividade, bem como o montante de FUNRURAL e Imposto de Renda a ser pago. De forma resumida, o resultado pode ser assim apresentado:

1) Receita bruta com vendas.....	R\$ 1.548.228,00
2) (-) Impostos (FUNRURAL).....	R\$ 35.609,24
3) (=) Receita líquida com vendas (1-2).....	R\$ 1.512.618,76
4) (-) Custo variável	R\$ 793.650,00
5) (=) Lucro operacional bruto (3-4).....	R\$ 718.968,76
6) (-) Custo fixo	R\$ 356.532,00
7) (=) Lucro operacional líquido (5-6).....	R\$ 362.436,76
8) Lucro Isento de tributação	R\$ 10.800,00
9) (-) Provisão para I.R	R\$ 86.829,19
10) (=) Lucro Líquido (7-8-9).....	R\$ 275.607,57

O total de tributos devidos nesta estrutura totaliza R\$ 122.438,43 (cento e vinte e dois mil, quatrocentos e trinta e oito reais e quarenta e três centavos), sendo R\$ 35.609,24 de FUNRURAL e R\$ 86.829,19 de Imposto de Renda.

5.1.2 TRIBUTAÇÃO DA INDÚSTRIA

A receita e os custos da indústria, conforme especificado anteriormente, podem ser apresentados conforme segue:

- Matéria prima – conforme apresentado na simulação da pessoa física, o leite chega na indústria no valor de R\$ 0,317 por litro. Considerando novamente a produção das mesmas 1.200 vacas, temos 4.884.000 litros de leite que custam R\$ 1.548.228,00 ($4.884.000 \times 0,317$).
- Custos fixos – o custo fixo por litro de leite industrializado é de R\$ 0,1635 que representa um custo fixo total de R\$ 798.534,00 ($4.884.000 \text{ litros} \times \text{R\$ } 0,1635$).
- Receita – o litro do leite na indústria tem um valor aproximado de R\$ 0,90 que equivale a uma receita anual de R\$ 4.395.600,00 ($4.884.000 \times 0,90$).
- Custos variáveis(*) – além do custo da matéria prima, existem outros custos variáveis por litro de leite industrializado que somam R\$ 0,3065 por litro. Isso representa um custo variável total de R\$ 1.496.946,00 ($4.884.000 \times 0,3065$).

* No custo variável informado na tabela 04, já está contemplado o valor devido a previdência social (INSS) sobre a mão de obra direta e indireta. O valor incluso e devido a este título a previdência social é de R\$ 109.494,40. Este montante é obtido através do seguinte cálculo:

- Valor da mão de obra direta e indireta por litro de leite é de R\$ 0,075, que representa um custo total de mão de obra de R\$ 366.300,00 ($4.884.000 \times 0,075$);
- O valor devido para o INSS é de 20% sobre a folha de pagamentos que representa R\$ 73.260,00;
- O valor devido para custeio de gastos com acidentes de trabalho é de 3% sobre a folha de pagamentos o que representa R\$ 10.989,00;
- O valor devido a outras entidades (SESC, SENAC, SENAT, etc) representa 5,8% sobre a folha de pagamentos o que equivale a R\$ 21.245,40;
- No total de custos fixos estão inclusos valores de pagamentos a autônomos e pró-labores no montante de R\$ 20.000,00. Sobre este valor, são devidos 20% para a previdência social que correspondem a R\$ 4.000,00.

Com essas informações, já é possível apurar o resultado da atividade, bem como o montante de tributos devidos. De forma resumida, o desempenho da empresa pode ser assim apresentado:

1) Receita bruta com vendas.....	R\$ 4.395.600,00
2) (-) Impostos (PIS,COFINS)	R\$ 160.439,40
3) (=) Receita líquida com vendas (1-2).....	R\$ 4.235.160,60
4) (-) Custo variável	R\$ 3.045.174,00
5) (=) Lucro operacional bruto (3-4).....	R\$ 1.189.986,60
6) (-) Custo fixo	R\$ 798.534,00
7) (=) Lucro operacional líquido (5-6).....	R\$ 391.452,60
8) (-) Provisão para CSLL	R\$ 35.230,73
9) (-) Provisão para I.R. (normal)	R\$ 58.717,89
10) (-) Provisão para I.R. (adicional).....	R\$ 15.145,26
11) (=) Lucro Líquido (7-8-9-10).....	R\$ 282.358,72

O total de tributos devidos nesta estrutura totaliza R\$ 379.027,78 (trezentos e setenta e nove mil, vinte e sete reais e setenta e oito centavos), sendo R\$ 160.439,40 de PIS e COFINS, R\$ 109.494,40 de Previdência Social, R\$ 35.230,73 de CSLL e R\$ 73.863,15 de Imposto de Renda.

5.1.3 TRIBUTAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA

A receita e os custos da agroindústria serão apurados conjuntamente havendo apenas uma única receita e os custos serão calculados para todo o processo de maneira unificada. Assim, sobre a atividade agroindustrial temos:

- Produção – para a agroindústria vale a mesma situação anterior, ou seja, rebanho composto por 1.200 vacas com produção total/ano de 4.884.000 litros de leite.
- Custo fixo na produção – o custo fixo por litro é de R\$ 0,073 o que representa um custo total de R\$ 356.532,00.
- Custo fixo na industrialização – o custo fixo de industrialização é de R\$ 0,1635

por litro de leite o que equivale a um custo total de R\$ 798.534,00.

- Receita – o preço de venda do leite é de aproximadamente R\$ 0,90 por litro o que representa uma receita total/ano de R\$ 4.395.600,00.
- Custo variável produção(*) – o custo variável de produção por litro é de R\$ 0,1792 (**) que representa um custo total de R\$ 875.366,65.
- Custo variável na industrialização (*) – o custo variável de industrialização do litro de leite é de R\$ 0,3065 o que representa um custo total de R\$ 1.496.946,00.

(*) No custo variável informado no quadro anterior, já está contemplado o valor devido a previdência social (INSS) sobre a mão de obra direta e indireta. O valor incluso e devido a este título a previdência social é de R\$ 199.170,75 e foi assim encontrado:

- -Valor da mão de obra direta e indireta por litro de leite é de R\$ 0,1295 (R\$ 0,0545 na produção + R\$ 0,075 na industrialização), que representa um custo total de mão de obra de R\$ 632.478,00 (4.884.000 litros X R\$ 0,1295);
- O valor devido para o INSS é de 20% sobre a folha de pagamentos que representa R\$ 126.495,60;
- O valor devido para custeio de gastos com acidentes de trabalho é de 3% sobre a folha de pagamentos o que representa R\$ 18.974,34;
- O valor devido a outras entidades (SESC, SENAC, SENAT, etc) representa 7,7% sobre a folha de pagamentos o que equivale a R\$ 48.700,81;
- No total de custos estão inclusos valores de pagamentos a autônomos e pró-labores no montante de R\$ 25.000,00. Sobre este valor, são devidos 20% para a previdência social que correspondem a R\$ 5.000,00;

(**) O custo variável de produção na agroindústria é superior àquele da pessoa física em R\$ 81.716,65. Isso se deve ao fato de na agroindústria a mão de obra ser onerada com os encargos da previdência social na ordem de 30,7% sobre o valor da folha. Com isso, o custo variável de produção por litro de leite, que na pessoa física era de R\$ 0,1625, na agroindústria passa a ser de R\$ 0,1792 por litro.

Com essas informações, pode-se apurar o resultado da atividade. De forma resumida, este pode ser assim apresentado:

1) Receita bruta com vendas.....	R\$ 4.395.600,00
2) (-) Impostos (PIS,COFINS)	R\$ 160.439,40
3) (=) Receita líquida com vendas (1-2).....	R\$ 4.235.160,60
4) (-) Custo variável	R\$ 2.372.312,65
5) (=) Lucro operacional bruto (3-4).....	R\$ 1.862.847,95
6) (-) Custo fixo	R\$ 1.155.066,00
7) (=) Lucro operacional líquido (5-6).....	R\$ 707.781,95
8) (-) Provisão para CSLL	R\$ 63.700,38
9) (-) Provisão para I.R. (normal)	R\$ 106.167,29
10) (-) Provisão para I.R (adicional).....	R\$ 46.778,20
11) (=) Lucro Líquido (7-8-9-10).....	R\$ 491.136,08

O total de tributos devidos nesta estrutura totaliza R\$ 576.256,02 (quinhentos e setenta e seis mil, duzentos e cinquenta e seis reais e dois centavos), sendo R\$ 160.439,40 de PIS e COFINS, R\$ 199.170,75 de Previdência Social, R\$ 63.700,38 de CSLL e R\$ 152.945,49 de Imposto de Renda.

5.1.4 COMPARAÇÃO DOS VALORES DOS TRIBUTOS A PAGAR

Uma vez apresentados os valores que cada estrutura, compara-se quanto o investidor iria gastar com tributos no caso de optar por uma estrutura ou por outra.

1º Caso - Pessoa Física + Indústria

- Pagamento de FUNRURAL – R\$ 35.609,24;
- Pagamento de INSS – R\$ 109.494,40;
- Pagamento de PIS e COFINS – R\$ 160.439,40;
- Pagamento de IR pessoa física – R\$ 86.829,19
- Pagamento de IR indústria – R\$ 73.863,15;
- Pagamento de CSLL – R\$ 35.230,73
- **(=) Total de pagamentos – R\$ 501.466,11.**

2º Caso - Agroindústria

- Pagamento de INSS – R\$ 199.170,75;
- Pagamento de PIS e COFINS – R\$ 160.439,40;
- Pagamento de IR – R\$ 152.945,49;
- Pagamento de CSLL – R\$ 63.700,38;
- **(=) Total de pagamentos – R\$ 576.256,02.**

Pode-se observar que com este nível de atividade a melhor forma de implementar o negócio é produzir o leite na pessoa física e industrializá-lo com uma indústria, pois nesta simulação, com a utilização desta estrutura de negócio, verificou-se uma diferença a menor quanto ao pagamento de tributos de R\$ 74.789,91, o que representa 14,91% de economia tributária.

5.2 ESTRUTURA DE GRANDE PORTE

Agora faz-se a análise sobre uma estrutura de porte maior para verificar se a resposta neste caso será a mesma da simulação anterior. Esta estrutura é composta por 2.500 (duas mil e quinhentas) vacas em plena produção. As etapas a serem desenvolvidas serão as mesmas da fase anterior, ou seja, cada segmento será analisado inicialmente de forma isolada e ao final, serão somados os tributos devidos pela pessoa física com os da indústria para serem confrontados com os devidos pela agroindústria.

5.2.1 TRIBUTAÇÃO DA PESSOA FÍSICA

Em relação à produção, receitas e custos, estes podem ser determinados da seguinte forma:

- Produção – como cada vaca produz aproximadamente 4.070 litros/ano, 2.500 vacas irão produzir 10.175.000 litros.
- Receita – cada litro de leite é comercializado por R\$ 0,317 e isso representa uma receita anual de R\$ 3.225.475,00 (10.175.000 litros x R\$ 0,317).
- Custo variável – o custo variável por litro é de R\$ 0,1625 que representa um

custo variável total de R\$ 1.653.437,50.

- Custo fixo – com este porte de atividade, o custo fixo por litro terá uma redução em relação a estrutura anterior. Isso ocorre, porque os fixos são inversamente proporcionais a produção, ou seja, quanto mais produção, menos custo fixo por unidade. Assim, será atribuído aleatoriamente uma redução do custo fixo por litro de leite na ordem de 30% em relação a estrutura anterior. Com isso, o custo fixo por litro passa a ser de R\$ 0,0511 ($R\$ 0,073 \times 0,7$) que representa um custo fixo total de R\$ 519.942,50 (10.175.000 litros x R\$ 0,0511).

Com essas informações é possível apurar o resultado da atividade, bem como o montante de FUNRURAL e Imposto de Renda a ser pago, conforme segue:

1)	Receita bruta com vendas.....	R\$ 3.225.475,00
2)	(-) Impostos (FUNRURAL).....	R\$ 74.185,93
3)	(=) Receita líquida com vendas (1-2).....	R\$ 3.151.289,07
4)	(-) Custo variável.....	R\$ 1.653.437,50
5)	(=) Lucro operacional bruto (3-4)	R\$ 1.497.851,57
6)	(-) Custo fixo	R\$ 519.942,50
7)	(=) Lucro operacional líquido (5-6).....	R\$ 977.909,07
8)	Parcela de Lucro Isento	R\$ 10.800,00
9)	(-) Provisão para I.R	R\$ 240.697,27
10)	(=) Lucro Líquido (7-8-9).....	R\$ 737.211,80

O total de tributos devidos nesta estrutura totaliza R\$ 314.883,20 (trezentos e quatorze mil, oitocentos e oitenta e três reais e vinte centavos), sendo R\$ 74.185,93 de FUNRURAL e R\$ 240.697,27 de Imposto de Renda.

5.2.2 TRIBUTAÇÃO DA INDÚSTRIA

A receita e os custos da indústria podem ser apresentados conforme segue:

- Matéria prima – conforme apresentado na simulação da pessoa física, o leite chega na indústria ao valor de R\$ 0,317 por litro. Considerando a produção das 2.500 vacas, temos 10.175.000 litros de leite que custam R\$ 3.225.475,00

(10.175.000 litros x R\$ 0,317).

- Custos fixos – assim como ocorreu na produção do leite, na industrialização também será considerada uma redução de 30% nos custos fixos. Com isso, o custo fixo por litro de leite industrializado passa a ser de R\$ 0,1145 (R\$ 0,1635 x 0,7) que representa um custo fixo total de R\$ 1.165.037,50 (10.175.000 litros x R\$ 0,1145).
- Receita – o litro do leite na indústria tem o valor aproximado de R\$ 0,90 o que equivale a uma receita anual de R\$ 9.157.500,00 (10.175.000 litros x R\$ 0,90).
- Custos variáveis(*) – os custos variáveis do leite industrializado somam R\$ 0,3065 por litro. Isso representa um custo variável total de R\$ 3.118.637,50 (10.175.000 litros x R\$ 0,3065).

* No custo variável informado na tabela 04, já está contemplado o valor devido à previdência social (INSS) sobre a mão de obra direta e indireta. O valor incluso e devido a previdência social é de R\$ 227.380,00. Este montante é obtido através do seguinte cálculo:

- Valor da mão de obra direta e indireta por litro de leite é de R\$ 0,075, o que representa um custo total de mão de obra de R\$ 763.125,00;
- O valor devido para o INSS é de 20% sobre a folha de pagamentos o que representa R\$ 152.625,00;
- O valor devido para custeio de gastos com acidentes de trabalho é de 3% sobre a folha de pagamentos o que representa R\$ 22.893,75;
- O valor devido a outras entidades (SESC, SENAC, SENAT, etc) representa 5,8% sobre a folha de pagamentos o que equivale a R\$ 44.261,25;
- No total de custos fixos estão inclusos valores de pagamentos a autônomos e pró-labores no montante de R\$ 38.000,00. Sobre este valor, são devidos 20% para a previdência social o que corresponde a R\$ 7.600,00.

Com essas informações é possível apurar o resultado da atividade, bem como o montante de tributos devidos. De forma resumida, o desempenho da empresa pode ser assim determinado:

1).. Receita bruta com vendas	R\$ 9.157.500,00
2).. (-) Impostos (PIS,COFINS)	R\$ 334.248,75
3) (=) Receita líquida com vendas (1-2).....	R\$ 8.823.251,25
4) (-) Custo variável.....	R\$ 6.344.112,50
5) (=) Lucro operacional bruto (3-4)	R\$ 2.479.138,75
6) (-) Custo fixo	R\$ 1.165.037,50
7) (=) Lucro operacional líquido (5-6).....	R\$ 1.314.101,25
8) (-) Provisão para CSLL.....	R\$ 118.269,11
9) (-) Provisão para I.R. (normal)	R\$ 197.115,19
10)(-) Provisão para I.R. (adicional).....	R\$ 107.410,13
11)(=) Lucro Líquido (7-8-9-10).....	R\$ 891.306,82

O total de tributos devidos nesta estrutura totaliza R\$ 984.423,18 (novecentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e três reais e dezoito centavos), sendo R\$ 334.248,75 de PIS e COFINS, R\$ 227.380,00 de Previdência Social, R\$ 118.269,11 de CSLL e R\$ 304.525,32 de Imposto de Renda.

5.2.3 TRIBUTAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA

Novamente o processo será analisado como um todo, somando-se os custos de produção e industrialização. Desta forma, têm-se os seguintes dados a serem considerados:

- Produção – um rebanho composto por 2.500 vacas com produção total/ano de 4.070 por vaca, equivale a uma produção anual de 10.175.000 litros de leite (4.070 x 2.500).
- Custo fixo de produção – o custo fixo por litro é de R\$ 0,0511 que representa um custo fixo total de R\$ 519.942,50 (10.175.000 litros x R\$ 0,0511).
- Custo fixo de industrialização – o custo fixo de industrialização é de R\$ 0,1145 por litro de leite que equivale a um custo total de R\$ 1.165.037,50 (10.175.000 litros x R\$ 0,1145).
- Receita – o preço de venda do leite é de R\$ 0,90 por litro que representa uma

receita total/ano de R\$ 9.157.500,00 (10.175.000 litros x R\$ 0,90).

- Custo variável de produção(*) – o custo variável de produção por litro é de R\$ 0,1792(**) que representa um custo total de R\$ 1.823.680,51 (10.175.000 litros x R\$ 0,1792).
- Custo variável de industrialização (*)– o custo variável de industrialização do litro de leite é de R\$ 0,3065 que representa um custo total de R\$ 3.118.637,50(10.175.000 litros x R\$ 0,3065).

* No custo variável informado anteriormente, já está contemplado o valor devido a previdência social (INSS) sobre a mão de obra direta e indireta. O valor incluso e devido a previdência social é de R\$ 414.922,39 e foi assim encontrado:

- -Valor da mão de obra direta e indireta por litro de leite é de R\$ 0,1295 (R\$ 0,0545 na produção + R\$ 0,075 na industrialização), que representa um custo total de mão de obra de R\$ 1.317.662,50,00 (10.175.000 litros X R\$ 0,1295);
- O valor devido para o INSS é de 20% sobre a folha de pagamentos que representa R\$ 263.532,50 (R\$ 1.317.662,50 X 0,2);
- O valor devido para custeio de gastos com acidentes de trabalho é de 3% sobre a folha de pagamentos o que representa R\$ 39.529,88 (R\$ 1.317.662,50 X 0,03);
- O valor devido a outras entidades (SESC, SENAC, SENAT, etc) representa 7,7% sobre a folha de pagamentos o que equivale a R\$ 101.460,01(R\$ 1.317.662,50 X 0,077);
- No total de custos estão inclusos valores de pagamentos a autônomos e pró-labores no montante de R\$ 52.000,00. Sobre este valor, são devidos 20% para a previdência social que corresponde a R\$ 10.400,00 (R\$ 52.000,00 X 0,2);

(**) O custo variável de produção na agroindústria é superior àquele da pessoa física em R\$ 170.243,01. Isso se deve ao fato de na agroindústria a mão de obra ser onerada com os encargos da previdência social na ordem de 30,7% sobre o valor da folha. Com isso, o custo variável de produção por litro de leite, que na pessoa física era de R\$ 0,1625, na agroindústria passa a ser de R\$ 0,1792 por litro.

Com essas informações, pode-se apurar o resultado da atividade. De forma resumida, ele pode ser assim apresentado:

1) Receita bruta com vendas.....	R\$ 9.157.500,00
2) (-) Impostos (PIS,COFINS).....	R\$ 334.248,75
3) (=) Receita líquida com vendas (1-2).....	R\$ 8.823.251,25
4) (-) Custo variável.....	R\$ 4.942.318,01
5) (=) Lucro operacional bruto (3-4)	R\$ 3.880.933,24
6) (-) Custo fixo	R\$ 1.684.980,00
7) (=) Lucro operacional líquido (5-6).....	R\$ 2.195.953,24
8) (-) Provisão para CSLL.....	R\$ 197.635,79
9) (-) Provisão para I.R. (normal).....	R\$ 329.392,99
10)(-) Provisão para I.R (adicional).....	R\$ 195.595,32
11)(=) Lucro Líquido (7-8-9-10).....	R\$ 1.473.329,14

O total de tributos devidos nesta estrutura totaliza R\$ 1.471.795,24 (um milhão, quatrocentos e setenta e um mil, setecentos e noventa e cinco reais e vinte e quatro centavos), sendo R\$ 334.248,75 de PIS e COFINS, R\$ 414.922,39 de Previdência Social, R\$ 197.635,79 de CSLL e R\$ 524.988,31 de Imposto de Renda.

5.2.4 COMPARAÇÃO DOS VALORES DOS TRIBUTOS A PAGAR

Uma vez apresentados os valores que cada estrutura, compara-se quanto o investidor iria gastar com tributos no caso de optar por uma estrutura ou por outra.

1º Caso - Pessoa Física + Indústria

- Pagamento de FUNRURAL – R\$ 74.185,93;
- Pagamento de INSS – R\$ 227.380,00;
- Pagamento de PIS e COFINS – R\$ 334.248,75;
- Pagamento de IR pessoa física – R\$ 240.697,27;

- Pagamento de IR indústria – R\$ 304.525,32
- Pagamento de CSLL – R\$ 118.269,11
- **(=) Total de pagamentos – R\$ 1.299.306,38.**

2º Caso - Agroindústria

- Pagamento de INSS – R\$ 414.922,39;
- Pagamento de PIS e COFINS – R\$ 334.248,75;
- Pagamento de IR – R\$ 524.988,31;
- Pagamento de CSLL – R\$ 197.635,79;
- **(=) Total de pagamentos – R\$ 1.471.795,24**

Pode-se observar que com este nível de atividade, também a melhor forma de implementar o negócio é produzir o leite na pessoa física e industrializá-lo com uma indústria. A economia tributária nesta simulação foi de 13,27%, proporcionando uma redução de pagamento de impostos no valor de R\$ 172.488,86.

5.3 JUSTIFICATIVAS PARA O RESULTADO ENCONTRADO

Conforme foi demonstrado nas simulações anteriores, a produção do leite na pessoa física e sua industrialização por uma indústria, é mais viável do que realizar as duas atividades com uma agroindústria. Este fato pode ser justificado basicamente pelos seguintes motivos.

Primeiro: Utilizando-se a estrutura de pessoa física/indústria têm-se dois fatores a considerar, sendo um positivo e outro negativo. O fator positivo refere-se a isenção de parte do lucro no montante de R\$ 10.800,00. Porém, isto gera uma economia praticamente insignificante para a questão em análise. O fator negativo é que existe o FUNRURAL no percentual de 2,3% sobre as vendas da pessoa física.

Segundo: Na utilização da estrutura da agroindústria, o valor da previdência social devido para as chamadas “outras entidades” (SESC, SENAT, etc) aumenta de 5,8% para 7,7% sobre o valor da folha de pagamento. Como o valor da folha de pagamento representa uma parcela significativa dos custos, isso onera bastante a agroindústria e esse valor

praticamente anula o efeito negativo provocado pelo FUNRURAL da estrutura de pessoa física/indústria.

Terceiro: Este pode ser considerado o principal fator negativo para a agroindústria. Trata-se da incidência da previdência social sobre a mão de obra no setor produtivo. Enquanto que na produção exercida pela pessoa física não há a incidência do INSS sobre a mão de obra, na agroindústria este mesmo custo de produção é onerado em 30,7%. Isso representa um custo relevante e que está diretamente relacionado ao fato dos tributos na agroindústria serem superiores aos da pessoa física /indústria

5.4 TRIBUTAÇÃO FEDERAL

Com relação ao pagamento do imposto de renda e da contribuição social, todas as empresas que não estiverem enquadradas no artigo 246 do RIR - Regulamento do Imposto de Renda - podem escolher se querem pagar os respectivos tributos com base no lucro real ou lucro presumido. Como o caso da atividade que está sendo apresentado neste trabalho não está contemplado no respectivo artigo do RIR, ela pode ser tributada pelo sistema que mais lhe for apropriado.

Essa determinação quanto a opção por um ou outro sistema de tributação é bastante simples. A esse respeito VEIGA e OLIVEIRA, (2000:50) afirmam:

Para empresas comerciais e industriais o ponto de equilíbrio será quando a empresa apurar um lucro líquido antes dos impostos de 9,5%. ... podemos concluir que numa empresa comercial ou industrial quando o lucro antes dos impostos for menor que 9,5% a opção mais vantajosa para a empresa seria a opção pelo Lucro Real; e se for maior será pelo Lucro Presumido”.

Assim, uma vez apurado qual é a margem de lucro antes da contribuição social e do imposto de renda, pode-se determinar qual é o melhor sistema de tributação para a empresa envolvida.

Quadro 01 - As estruturas de simulação apresentaram os seguintes resultados:

Estrutura	Porte	Receita Bruta	Lucro antes dos Impostos	Rentabilidade
Indústria	Médio	R\$ 4.395.600,00	R\$ 394.452,60	8,97%
Agroindústria	Médio	R\$ 4.395.600,00	R\$ 491.136,08	11,17%
Indústria	Grande	R\$ 9.157.500,00	R\$ 891.306,82	9,73%
Agroindústria	Grande	R\$ 9.157.500,00	R\$ 1.473.329,14	16,08%

Conforme ficou demonstrado no quadro 01, o modelo de opção de tributação irá depender da estrutura utilizada no desenvolvimento da atividade. Como nas simulações apresentadas a forma mais vantajosa foi pessoa física/indústria, seria necessário definir em que nível de atividade seria operado. Se o nível de atividade for de porte médio, a melhor opção seria tributar pelo lucro real. Por outro lado, se o nível de atividade for de grande porte, a melhor seria a opção pelo lucro presumido. É preciso atentar porém, que os níveis de diferença entre uma opção e outra são muito pequenos e qualquer mudança em relação ao resultado poderia mudar a situação apresentada. Para o modelo da agroindústria, em ambos os casos seria vantajoso ela optar pelo lucro presumido.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade leiteira, assim como muitos outros setores da economia, pelo acirramento competitivo que está ocorrendo nos mercados de maneira geral, requerem cuidadosos mecanismos de gestão, com o intuito da sua manutenção no mercado econômico. Neste contexto, o planejamento tributário é uma ferramenta importante e indispensável para as empresas alcançarem seus objetivos.

Num mundo globalizado, não há mais espaço para quem quer fazer experiências e simulações, e com o tempo adaptar a organização aos melhores procedimentos. É preciso que os gestores tenham uma visão de futuro para poderem adaptar e planejar as suas atividades e procedimentos com vistas a maximização dos objetivos e resultados da organização.

Neste contexto, esta monografia se apresenta como um instrumento gerencial de decisão para quem tenha interesse em investir na produção e industrialização de leite. Existem duas opções para implementar este tipo de negócio, uma é o desenvolvimento das duas atividades, produção e industrialização do leite, por uma agroindústria e a outra é produzir o leite como pessoa física e industrializá-lo com uma indústria.

Demonstrou-se neste trabalho, que a melhor forma de implementar esta atividade, em termos de economia tributária, é desenvolver a atividade dividindo-a em duas partes. A produção deve ser efetuada pela pessoa física que vende o leite “in-natura” para uma indústria. A industrialização deve ser realizada por uma indústria, especificamente constituída para esse fim. A utilização desta estrutura organizacional, pessoa física + indústria, mostrou-se amplamente favorável, gerando uma economia tributária na ordem de 15% (quinze por cento) em relação aos tributos que seriam devidos se fosse utilizada uma agroindústria para desenvolver as duas atividades conjuntamente.

Quanto a opção pelo lucro real ou lucro presumido, em relação a tributação federal, se a estrutura escolhida fosse a agroindústria, a melhor forma de tributação seria o lucro

presumido, isso porque, todo o resultado da atividade é apurado numa única vez.

Porém, como a utilização da estrutura que divide atividade em produção na pessoa física e industrialização por uma indústria, mostrou-se mais vantajosa, existe uma aproximação muito grande do ponto de equilíbrio, que é quando existe uma margem líquida antes dos impostos (IR e CSLL) na ordem de 9,5% (nove virgula cinco por cento). Assim, se a produção fosse a de porte médio, a melhor opção seria a tributação pelo Lucro Real, enquanto que se a produção fosse de porte grande a melhor opção seria a tributação pelo Lucro Presumido.

Evidentemente que este trabalho não se apresenta como uma solução única e definitiva para alguém que tenha interesse de investir neste setor da economia. Empreender num ramo de negócio é uma questão bastante complexa e precisa ser minuciosamente planejada e adequada. O certo é que um destes planejamentos deve ser o que está relacionado à área tributaria e é neste contexto que este trabalho se apresenta e pode ser considerado útil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRETO, Aires Fernandino; BARRETO, Paulo Ayres. **Imunidades Tributárias: Limitações constitucionais ao poder de tributar**. São Paulo: Dialética, 1999.
- CASTRO, Flávia de Almeida Viveiros de. **Planejamento Tributário: A Lógica do Sistema e o Manicômio Jurídico Tributário**. Ordem dos Advogados do Brasil / Seção Santa Catarina. Nº 106. Caderno de Temas Jurídico, p. 6/7. Florianópolis: Maio de 2002.
- COAD – Centro de Orientação, Atualização e Desenvolvimento Profissional. **Regulamento do Imposto de Renda**. Rio de Janeiro: Imagem, 1999.
- COAD – Centro de Orientação, Atualização e Desenvolvimento Profissional. **Regulamento da Previdência Social**. Decreto 2.172 de 5-3-97 e Decreto 2.173 de 5-3-97. Rio de Janeiro: 1997.
- FERRARI, Alfonso Trujillo. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 1982.
- FERRARI, Alfonso Trujillo. **Metodologia da ciência**. 3º ed, Rio de Janeiro: Lúcio Ferreira Junior Artes Gráficas, 1974.
- HIGUCHI, Hiromi; HIGUCHI, Fabio Hiroshi; HIGUCHI, Celso H. **Imposto de renda das Empresas**. 25º ed, São Paulo: Atlas, 2000.
- HUCK, Hermes Marcelo. **Elisão e Evasão: rotas nacionais e internacionais do planejamento tributário**. São Paulo: Saraiva, 1997.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 2º ed, São Paulo: Atlas, 1993.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 3º ed, São Paulo: Atlas, 1996.
- MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Curso de Direito Tributário**. 5º ed, Belém: Cejup, 1997.
- MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Aspectos Práticos da Teoria da Imposição Tributária**. Belo Horizonte: Nova Alvorada, 1996.
- MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Imunidades Tributárias**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

MELLO, Márcio Antonio de; GRIMM, Sadi Sergio.; SCHMIDT, Wilson. **A trajetória da produção e transformação do leite no oeste catarinense e a busca de vias alternativas.** Florianópolis, 1998. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina.

PAIXÃO, Floriceno. **A Previdência Social: em perguntas e respostas.** 36. ed, Porto Alegre: Síntese, 1999.

SANT'ANA, Silvia Raquel; HAMAD, Antonio Jose Simões. **A pasteurização lenta como alternativa para agregar valor ao leite produzido em pequenas propriedades.** Florianópolis, 1999. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina.

SANTOS, Osvaldo Vieira dos; PEREIRA, Laércio Barbosa; MATTEI, Lauro Francisco. **Considerações sobre os fatores sistêmicos da competitividade da cadeia agroindustrial do leite brasileira e catarinense.** Florianópolis, 2001. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina.

TAVARES, Alexandre Macedo. **O Novel Parágrafo Único do Artigo 116 do CTN: norma fiscal antielisiva ou antievasiva?** Ordem dos Advogados do Brasil/Seção Santa Catarina. n 106. Caderno de Temas Jurídico, p. 10/11. Florianópolis: Maio de 2002.

VEIGA, Alexandre Zoldan da; OLIVEIRA, Valcéllo Lourenço de. **Tributação nas Empresas.** Material não publicado: 2001.